PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE A
FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE DESPORTO PARA PESSOAS COM DEFI CIÊNCIA
E O INSTITUTO POLÍTÉCNICO DA GUARDA

A Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência, representada pelo seu Presidente, Mestre Mário Lopes, e o Instituto Politécnico da Guarda, representado pelo seu Presidente Professor Doutor Constantino Rei, interessados no desenvolvimento de atividades em áreas de interesse mútuo, decidem estabelecer o presente acordo que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª
As finalidades desta cooperação são permitir a realização de atividades técnico-científicas nos diversos campos do saber e enriquecer o desporto adaptado com os contributos que podem daí advir, de modo a melhorar o rendimento desportivo dos seus praticantes, bem como o processo de inclusão social.

Cláusula 2ª
Um - As modalidades de cooperação entre as duas instituições serão no domínio da investigação, formação, aperfeiçoamento e prestação de serviços nas áreas em que as suas vocações e especializações próprias se completem.
Dois - A Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência, poderá apresentar propostas e sugerir temas de investigação e poderá organizar jornadas de estudo e debate em que convida a participar as instituições que subscrevem o presente protocolo.

Cláusula 3ª
Os termos da colaboração nas atividades concretas a promover no âmbito do presente protocolo, por iniciativa de qualquer uma das instituições, deverão ser definidas em documentos independentes, a serem analisados e aprovados pelos seus legítimos representantes, em que constem:
Primeiro, a identificação da atividade.
Segundo, a definição dos objetivos.
Terceiro, a descrição da estratégia de realização.
Quarto, a indicação da pessoa em que cada uma das instituições delega a condução do processo.
Quinto, o compromisso que cada instituição assume na sua realização.
Sexto, o cronograma geral da programação e realização da atividade.
Sétimo, a previsão do processo de avaliação da atividade.

Cláusula 4ª
Um - Este protocolo entra em vigor imediatamente na data de sua assinatura pelo período de dois anos, podendo ser revisto no final do primeiro ano e renovado no final.
Dois - A denúncia do protocolo por qualquer das partes poderá ser feita por carta registada com aviso de receção com a antecedência de 30 dias, ou em qualquer momento, por comum acordo, sem prejuízo das atividades que estiverem a decorrer.

Guarda, em 28 de outubro de 2015.

O Presidente do Instituto Politécnico da Guarda

O Presidente da Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência

{Professor Doutor Constantino Rei} {Mestre Mário Lopes}